

CAMINHOS, ENCONTROS E PAUSAS: para refletir e agradecer

CAMINOS, ENCIENTROS Y PAUSAS: reflexionar y agradecer

Hayda Alves^(*)

*[...] creio na estrada, e é ela eterna.
Meu terço é meu andar, e vou sem pressa,
E peregrinar sem fim é a minha prece
(BRANDÃO, 2021, p. 15¹).*

CARTA PEDAGÓGICA

Querido Mestre Brandão,

Este mundo rápido, exigente e cheio de informação demanda, cada vez mais, pausas para reflexão e agradecimento. Pausar pode soar estranho para alguém que teve a estrada, as andanças² e o caminho como modo de existir e pensar (soluções para) o mundo; para alguém que teve como vocação escrever, ao longo da estrada, “poemas peregrinos”, você disse “[...] que na verdade mais se escrevem através de mim, do que eu escrevo”³.

Mestre, assim me parecem seus escritos. Ensaaios, artigos, livros, poemas, enfim, palavras dotadas de uma poesia da estrada, da experiência caminhante. Escritos que fazem pulsar dentro de nós o desejo de buscar mais e mais palavras deixadas em um caminho aberto... Foi assim que cheguei a ti, trilhando e buscando os caminhos da educação popular no campo da saúde. Descobri, ao mesmo tempo, um lugar para pertencer, caminhar e me encantar. Nas andanças por territórios onde “saberes brotam

^(*) Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - Ensp, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Docente do Instituto de Humanidades e Saúde da Universidade Federal Fluminense - UFF, campus Rio das Ostras. Profa Colaboradora junto ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde- ISC, UFF. Membro da Rede de Educação Popular em Saúde.

¹ Trecho do poema *eu, peregrinus*, publicado na coletânea de poesias *Livre, enfim*, de Carlos Rodrigues Brandão, pela Editora Paladar Cultural em 2021.

² É importante recordar que, mesmo durante a pandemia da covid-19, momento de “quarentena do corpo e recolhimento do espírito”, como você mesmo dizia, pudemos aproveitar seus ensinamentos e diálogos nas inúmeras *lives* por dia. Em alguns momentos, mais de uma vez por dia! Além das videoaulas, como as do curso *Paulo Freire e a Educação Popular Diálogos Virtuais, Vivos e Virtuosos*, oferecido pelo Instituto Paulo Freire em 2022. Agradeço pelo imenso privilégio desses “encontros virtuais e virtuosos”, por ter recebido sua orientação durante meu pós-doutoramento no mesmo período, por poder te ouvir sobre tantas dimensões da educação popular e, sobretudo, por falar com seus escritos ainda hoje. Eterna gratidão por sua imensa generosidade e capacidade intelectual.

³ Este trecho está no que seria a apresentação, nomeada “porque assim” do livro *Livre, enfim* (páginas 5 a 6). Muito interessante que na orelha deste livro você se reconhece como “andarilho e escrito que com o passar dos anos virou também professor” (BRANDÃO, 2021).

do chão”⁴, aprendi que uma pausa possibilita o encantamento pelo que bordeia o caminho. Assim, enxerguei o território como um lugar para reflexão e ação.

Não é novidade que o território, com as pessoas e os modos de vida que o habitam — o que incluiu a linguagem e a cultura populares — sejam elementos de devoção da educação popular desde sempre. Percebe-se, entretanto, que os entendimentos sobre territorialidade e os modos de produzir saúde e educação no território têm adicionado desafios importantes. Não se trata apenas de um debate marcado por cercas, mapas ou códigos geográficos, mas, sim, sobre como o território é traduzido por quem o habita. O que devemos aprender sobre pertencimento territorial?

Como sabes, nasci em um território rural do norte de Minas Gerais que, apesar de agonizar há décadas pela falta de água, não se subordina à escassez. Ao contrário, reinventa-se e revigora-se na fartura da cultura popular. Isso reforça meu orgulho, minha fé e minha convicção sobre os poderes emanados do território por quem o habita. Ainda que eu resida distante da minha terra, ela está em mim, marcando meu andar. Ao desafiar fronteiras, essa ligação faz renovar minha simpatia pelos territórios populares e pelas experiências comunitárias, como também meu interesse pelos sentidos do pertencimento territorial. Minha experiência como educadora popular e pesquisadora junto a comunidades de luta pela terra, como territórios de reforma agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e às comunidades quilombolas, dos quais tenho me aproximado agora, adensa mais ainda meus sentipensamentos⁵ sobre território e pertencimento, pontos de partida e de reflexão nesta carta.

O compromisso em pensar o território e o pertencimento pelo prisma da educação popular em saúde não é uma tarefa fácil, nem nova. Demanda uma filiação ao pensamento teórico-pedagógico de caráter emancipatório, contra-hegemônico e libertário. Portanto, requer abordagens explicitamente freirianas, contidas no que “há de velho” na educação popular, expressão dos ensinamentos partilhados por mestres e mestras dessa trajetória político-pedagógica. Isso guia a minha escrita. Mirar a estrada e vislumbrar a trajetória trilhada por um octogenário como tu, entre outros educadores, intelectuais e militantes que construíram o vir-a-ser da educação popular como “partilha da vida”. Pessoas que ousaram seguir uma caminhada insurgente e de vocação popular,

⁴ Trata-se de uma frase mencionada por Balduino Andreola na Roda de Conversa intitulada *A presença da educação popular nas políticas públicas a partir da pandemia*, organizada pela Rede Educação Popular em Saúde. São palavras que acolhi com emoção. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tqKiaz4gAmI>. Acesso em: 26 fev. 2024.

⁵ Em referência ao colombiano Fals Borda e à sociologia sentipensante.

em meio às ameaças e ao terror das ditaduras militares do Cone Sul das Américas nos idos de 1960, reconhecendo a educação popular como filha da pedagogia do oprimido, possibilitando ainda, que permanecesse viva e persistente contra regimes totalitários e de extrema direita, que emergem, ainda hoje, neste continente.

Recorro também ao Brandão antropólogo, profundamente interessado nas “coisas do povo” e dos mundos tradicionais, especialmente junto às pessoas do campo. Não na figura caricata de um cientista que se veste de “neutralidade” para abstrair do real “os fenômenos sociais”, acreditando que essa “capa” irá conferir qualidade, controle e rigor aos seus manuscritos. Isso seria impraticável para um educador-antropólogo que mergulhou de corpo e alma na (com)vivência das “pessoas do lugar”! Questionar o lugar de “bichos, santos e divindades” como parte de uma cultura do pertencimento e consciência da vida material e espiritual vivida em comunidade — como aparece em seus textos — compõe uma coexistência demasiadamente humana e sagrada e, por isso mesmo, tende a ser negligenciada pela academia tradicional.

Mestre, tudo que ensinas ainda hoje, por meio de suas palavras e memórias, mobiliza-me a pensar os territórios populares e as linhas que demarcam “o lugar” e seus contornos. É importante mencionar que fatos recentes também provocaram esta escrita. Um deles faz referência aos questionamentos da Rede de Educação Popular em Saúde (RedePop) sobre a constituição de uma política de educação popular verdadeiramente dialógica e participativa junto às “pessoas do lugar”, portanto signatária da pedagogia freiriana. Como sabes, essa Rede é um movimento protagonista na caminhada institucional da educação popular na saúde, logrando implementar o ideário freiriano como política pública na saúde. Dessa forma, em 2013, foi lançada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Pneps), festejada por seus 10 anos e reavivada pelo Ministério da Saúde na atual gestão do governo Lula. Lamentavelmente, contudo, a RedePop não vem sendo lembrada nem no que “há de velho” na educação popular em saúde, tampouco no desenho das atuais iniciativas do Ministério da Saúde⁶, entre outras

⁶ O contexto de crise social, econômica e sanitária instalada pela pandemia da covid-19 e a desarticulação governamental para enfrentar o adoecimento e a mortalidades crescentes, especialmente entre a população mais vulnerabilizada, desencadearam iniciativas populares autogestionárias de formação de redes de solidariedade. Uma delas foi protagonizada pelo Projeto Mãos Solidárias, uma estratégia da Campanha Periferia Viva, de Pernambuco, com a formação de agentes populares de saúde. Esses coletivos e as parcerias com pesquisadores e pesquisadoras, sanitaristas e sujeitos vinculados a movimentos sociais realizaram a formação de pessoas de comunidades populares para prevenir o adoecimento e a morte pelo coronavírus. As educadoras populares e pesquisadoras Paulette Cavalcanti de Albuquerque e Lívia Milena Barbosa de Deus e Mélo entre outras pessoas, trouxeram essa experiência em diferentes momentos do debate público sobre a educação popular em saúde na pandemia durante as *lives* do Movimento SUS nas Ruas — um movimento social articulado à RedePop que

estratégias formativas governamentais que também evocam a educação territorializada⁷.

Atualmente, os encontros virtuais da RedePop e as conversas no grupo de *e-mails* e do *WhatsApp* remetem, quase sempre, a questionamentos sobre o fazer educativo provocado pela Pneps, a seu alinhamento metodológico à pedagogia freiriana e aos princípios de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Geralmente refletimos a partir de experiências e iniciativas locais, dos “pequenos movimentos” — como diria Eymard Mourão Vasconcelos, um dos cofundadores desse coletivo e também longo interlocutor em peregrinações pela educação popular. Trata-se de experiências comunitárias que tendem a ser desvalorizadas por serem singulares, locais, não correspondendo ao escopo dos tais “produtos concretos”, expressos por meio de indicadores gerencialistas almejados na política pública. Assim, são desperdiçadas potentes experiências que fazem florescer possibilidades diversas de articulação entre saúde e educação. Nesse turbilhão de coisas e pessoas pelo caminho, proponho algumas pausas, pontos de chegada dessa carta e, possivelmente, de partida para outros diálogos.

Na primeira pausa, gostaria de refletir sobre os sentidos da noção de território que permeia a educação popular em saúde. Para isso, recorro a um importante ensinamento contido na abertura do seu livro *O que é educação Popular* (2012): buscar o(s) sentido(s) da palavra! Não com um ar duvidoso de quem tudo sabe e testa conceitos, mas com a curiosidade necessária ao encontro da diversidade de saberes (com)partilhados via diálogo e com intencionalidade educativa. “Afinal, que outra é a matéria do educador senão a palavra? Afinal, que outro é o desafio da educação popular senão o de reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder?”⁸(BRANDÃO, 2012, p. 7) São as palavras que cruzam “territórios” de sentidos, fronteiras e mundos distintos contidos em uma mesma palavra.

Isso me lembra o seu diálogo com Ciço (Antônio Cícero de Souza) sobre “O que é educação?”⁹, quem brilhantemente ensina que os sentidos desta palavra para ele

discutia diferentes iniciativas de educação popular em saúde naquele momento (Veja mais detalhes neste link: <https://padlet.com/haydaalves/sus-nas-ruas-mem-ria-m1c2h0bw5nvkhy0>). Posteriormente, essa experiência de educação e vigilância popular em saúde foi encampada pelo Governo Federal por meio do Programa de Formação de Agentes Populares de Saúde (Portaria GM/MS n.º 1.133, de 16 de agosto de 2023 do Ministério da Saúde).

⁷ Educação popular deve atender a territorialidade e diversidade das populações. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/janeiro/educacao-popular-deve-atender-territorialidade-e-diversidade-das-populacoes>. Acesso em: 19 jan. 2024.

⁸ Parágrafo inicial do clássico livro *O que é educação popular*, de Carlos Rodrigues Brandão, publicado pela Editora Brasiliense, em 2006, que ganhou sua terceira reimpressão em 2012.

⁹ Esse diálogo belíssimo está transcrito no prefácio do livro *A questão política da educação popular*, uma coletânea organizada por Aída Bezerra e Carlos Brandão e publicada pela Editora Brasiliense, em 1980.

(lavrador, uma “pessoa do lugar”) e para um “professor fino, de roupa boa, estudado...” (“uma pessoa de fora do lugar”) não somente vêm de mundos diferentes, mas também chegam ao pensamento de um e de outro “misturadas com recursos” do mundo de um e do outro. Dessa forma, pergunto-me isto: quais recursos têm sido mobilizados para as noções de território, territorialidade e de pertencimento territorial como saberes-instrumentos da educação popular?; ou, melhor: como devemos compreender tais ideias para reorientar os sentidos ético, político e metodológico da noção de território mediada educação popular em saúde?

A noção de território/territorialização como *locus* de ação no campo da saúde nasce bastante atrelada às condições do lugar e ao destino pessoas - quantificado a partir dos chamados indicadores finalísticos, que contabilizam mortes, como as taxas de mortalidade. Na virada do século XIX, a explosão demográfica e as péssimas condições sanitárias de Londres¹⁰ ocasionaram uma epidemia de cólera que dizimou a população. Os ingleses Willian Farr e John Snow mapearam e quantificaram as mortes, além de estabelecerem uma relação entre as mortes e o lugar de obtenção (uso) da água. Ao inventarem uma metodologia com base na territorialização, fixaram o olhar da saúde para a dimensão espacial do adoecimento e da morte. Inaugura-se, assim, as bases de um novo campo disciplinar: a epidemiologia, que, desde então, tornou-se um farol para a saúde pública.

No século XX, a epidemiologia latino-americana deu um tom de crítica social de cunho marxista aos eventos transcorridos no território pelo olhar da epidemiologia, apontando o modelo capitalista/colonial e suas contradições como fundante na determinação social no processo saúde-doença-cuidado. Essa crítica, capitaneada pelo Movimento da Reforma Sanitária dos idos dos anos 1970, foi fundamental para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos anos que se sucederam, o debate sobre território no SUS foi alargado e arejado pela reverenciada obra do geógrafo e filósofo Milton Santos. Sua influência nos estudos da saúde coletiva e a permanente incorporação de seu pensamento ao planejamento de ações e serviços de saúde são visíveis até os dias atuais. Tem sido notadamente importante a noção de "território usado" como espaço de poder (estatal e não-estatal) e de ação/palco da vida, atribuindo significados históricos e sociais ao próprio território. Esse autor mesmo escreve que "É

¹⁰Sobre essa história, é muito interessante visitar o livro *Mapa Fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles*, de Steven Johnson, publicado pela Editora Zahar, em 2008.

o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise"(SANTOS, 1994, p. 15). Atualmente as noções de território/territorialização fazem parte do repertório do planejamento de ações e serviços com destaque na Política Nacional de Atenção Básica por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF). A ESF pauta-se nessas noções como categorias fundamentais de organização do processo de trabalho das equipes de saúde. Território e territorialização definem as portas de entrada no SUS e a configuração de redes de atenção à saúde.

A excessiva captura tecnicista desses termos, contudo, inquieta-me por dois motivos especiais. Um deles diz respeito à simplificação dos modos de se definir o território. Muitas vezes, noções geoespaciais abstratas e alijadas do testemunho de gerações e dos legados ancestrais do lugar definem os modos de pensar o território e as pessoas que o habitam. São silenciadas gerações passadas, cuja memória revela sentidos de pertencimento plantados outrora, vivos no presente e, portanto, fundamentais para entender o território a partir de quem vive nele.

Outra questão está ligada às relações de subalternização contidas na focalização do território/territorialização como *locus* da ação pública. Ainda que esses termos acenem, em alguma medida, para as dimensões histórica, cultural e ambiental, podem se tornar noções frágeis ao serem produzidas pelo olhar de "quem não é lugar". Quem define (nomeia) o território e dimensiona seus contornos como *locus* da ação pública (saúde, assistência etc.) geralmente são as “pessoas de fora do lugar” — e tantas vezes de forma pouco participativa!

Lembremos que categorizar e nominar são feitos históricos do colonizador desde sua chegada. Antônio Bispo, escritor quilombola, afirma que “nomear é dominar”. Ele denunciou o quanto os colonizadores europeus se apoiaram nessa estratégia para criar uma ideia de “generalização do outro”, sob o nome de “índio” e “negro”. Nesse sentido, o colonizador nomeou um conjunto de povos, como Bispo diz, os pindorâmicos — os povos de língua tupi originários dessa terra (Pindorama, terra das palmeiras); e assim também o fez com os trazidos forçadamente de África, considerados, pelo colonizador, como povos passíveis de serem subjugados, domesticados e escravizados. Nesse sistema classificatório, o colonizar não leva em conta como “as pessoas do lugar” se veem, reconhecem-se ou nomeiam-se (BISPO DOS SANTOS, 2015)¹¹. A quebra da autodeterminação e da consciência histórica e política de quem são faz parte das

¹¹Nêgo Bispo desenvolveu esta e outras ideias contra coloniais no livro *Colonização, quilombos: modos e significações*, publicado pela UnB, em 2015.

estratégias de colonização, de redução do “outro” ao não ser - um dispositivo de racialidade que subalterniza a população negra, como ensinou Sueli Carneiro (2023).

Caro Mestre, temo que as práticas do colonizador se reproduzam, na atualidade, travestidas de falas técnicas como parte de uma racionalidade estatal, que se norteia por demarcações distintas dos modos como “as pessoas do lugar” se reconhecem e se identificam; ou, ainda, façam tal dominação a partir de uma ideia romantizada e um tanto folclórica do próprio território e das relações sociais do lugar. Isso passa, obviamente, pela cultura, pela língua, pela religião, pela memória etc., desencadeando uma desvalorização das genuínas experiências de pertencimento cultivadas nos territórios. Com isso, tendem a ser desencorajadas a criatividade e a diversidade popular nos modos de se produzir saúde e de enfrentar o adoecimento.

Mestre, ao adentrarmos um território, não deveríamos nos questionar o que determina o pertencimento a ele? O que significa pertencer? Essa é uma pergunta importante proposta por bell hooks em *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022). Nesse livro, a autora explora aspectos fundamentais para as noções de território e territorialização. A partir de sua memória, a escritora reconstrói o presente quando fala do seu retorno a Kentucky, seu estado natal. Ela fala da relação com a casa, com as práticas de cuidado, com a natureza, com a ancestralidade e com a cultura do lugar, mas também de sentimentos de receio, angústia e medo (que ela nomeia como terror) vinculados a vivências do racismo e do sexismo, entre outras violências que também têm um componente territorial de existência social, econômica, histórica e subjetiva.

Nos territórios quilombolas, por exemplo, falar em território e territorialização implica considerar as representações negativas atreladas aos processos de escravização, ao domínio e à presença histórica de uma branquitude e de um *ethos* escravista. Isso, contudo, não deve ofuscar o conteúdo político do pertencimento, que se fortalece a partir da identidade étnica e do reconhecimento da ancestralidade comum — conexões que dão sentido à luta pelo território, à reconstrução da autoestima e à reafirmação de valores comunitários. “Passos que vêm de longe”, elo sagrado e material entre as “pessoas do lugar”. Nesse sentido, o pertencer permite vocalizar territórios de sentidos existenciais, saberes vinculados ao lugar e dotados de uma *memória coletiva inconsciente* gerados a partir do território, como ensina bell ao falar de sua terra: “Quando abrimos a boca, gerações podem ser ouvidas, como se estivéssemos de fato ‘falando em línguas’” (HOOKS, 2022, p. 65).

Sim, caro Mestre, um tipo especial de prece, um momento ritual que revela uma profunda conexão ancestral, humana e não humana aterrizada no território. Desse modo, quando as “pessoas do lugar” dizem sobre o território a partir do seu pertencimento, estão, ao mesmo tempo, reconstruindo o presente e recuperando o passado, o que permite, para quem escuta, um certo letramento sobre o território. É importante reconhecer e legitimar lógicas não estatais produzidas pelas pessoas que vivem no território, lutam por ele e reivindicam-no não só como lugar de memória, mas também de futuro. Isso requer problematizar estratégias classificatórias e a persistência de outras violências aprendidas com o colonizar, bem como duvidar de formas romantizadas ou naturalizadas de falar sobre “as pessoas do lugar”, de definir “o outro” que habita essas comunidades. As ideias sobre identidade e pertencimento atreladas às noções de território e territorialização, tão caras à educação popular e às políticas de saúde, requerem, ainda, escuta, diálogo e compreensão.

Outra pausa: a oralidade, um modo especial de ouvir e aprender sobre o território. Penso, querido Mestre, que a sabedoria afro-ameríndia é uma potente fonte de inspiração para nossa imaginação sobre noções de território como condição de existência e preservação da diversidade da vida. São saberes necessários agora e para as próximas gerações, tantas vezes transmitidos pela oralidade e capazes de “adiar o fim do mundo”, como reivindica Ailton Krenak. Em territórios de luta pela terra, como ocorre em áreas quilombolas e de reforma agrária popular, o pertencimento traduz o território não como propriedade privada, mas como espaço comunal, dotado de sentidos comunitários e ecológicos capazes de assegurar a existência do lugar e das pessoas. Tais sentidos também justificam os direitos reivindicados por essas populações sobre os seus territórios, os quais carecem, ainda, de escuta e defesa como parte de uma democracia participativa popular.

Mais uma pausa: a presença feminina nos territórios. Mais que uma pausa de contemplação, devemos reconhecer a existência das mulheres e agradecer a elas por possibilitarem, desde sempre, a vida nos territórios. As noções de território como espaço comunal têm a ver com a “partilha da vida” e com as práticas de cuidado das mulheres nos territórios¹². Lembremos que são elas que geram, asseguram e postergam modos de vida comunais. São elas que se projetam no espaço comunal como lideranças em defesa

¹²A feminista marxista Silvia Federici, em *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, publicado pela Editora Elefante, em 2022, parte da experiência coletiva dos comuns, protagonizada especialmente pelas mulheres, como alternativa política para enfrentamento das crises sociais, econômicas, políticas e, sobretudo, de humanidade.

de suas comunidades. O cuidado direcionado ao território e às pessoas do lugar tem sido, há séculos, tarefa das mulheres, o que, por outro lado, também sobrecarrega, física e emocionalmente, a existência feminina. Falar em práticas territorializadas implica aprender com as mulheres sobre formas de (r)existência¹³. A pandemia da covid-19 mostrou-nos que as experiências comunais protagonizadas pelas mulheres delineiam uma pedagogia do pertencimento e das formas de sobreviver em tempos de crise. Especialmente elas trazem, no próprio corpo e no jeito de viver em comunidade, uma enciclopédia de formas de pertencer, potentes “saberes-instrumento” sobre a noção de território como espaço de esperança, cuidado, cura e educação popular.

Finalizo esta carta com o desejo de provocar ideias a serem (com)partilhadas e, talvez, praticadas!

Despeço-me com a certeza de ainda percorrer estradas acompanhada da beleza e da sabedoria das suas palavras-poema.

Obrigada por este encontro de conforto e inspiração.

Agora, é preciso caminhar...

*Sempre é indo.
Sempre é assim, esse caminho,
E andar é infindo.
(BRANDÃO, 2021, p. 35)¹⁴.*

REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília, DF: INCTI, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Coleção Primeiros Passos; 318).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Livre, enfim**. Americana, SP: Paladar Cultural, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

¹³ Autoras negras como Raquel Gouveia (2023) e Rai Soares (2021) têm analisado experiências de mulheres como formas de (r)existência em espaços comunais, seja nas favelas ou nos quilombos.

¹⁴ Trecho do poema *eu, peregrinus (dois)*, publicado na coletânea de poesias *Livre, enfim*, de Carlos Rodrigues Brandão, pela Editora Paladar Cultural em 2021.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

PASSOS, Rachel G. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: HUCITEC, 2023.

HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Editora Elefante, 2022

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec:, 1994. p. 15-20.

SOARES, Maria R. P. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katalisys**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 522-531, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280>. Available from: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/79280/47388>. Accessed on: 2022/09/28.

(Recebido em fevereiro de 2024; aceito em março de 2024)